

... continuação

adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que tam- bém pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros-Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Passivos financeiros-classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: O Grupo desrecon- hece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo finan- ceiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo finan- ceiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Passivos financeiros: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancela- da ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transiam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultanea- mente. g. Capital social: Apções ordinárias: Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32. h. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. • O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking). O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integral- mente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias. • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplen- to ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Ativos financeiros com problemas de recuperação Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do devedor; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias; • reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais de mercado; • o devedor entrou em falência por causa de dificuldades financeiras; • apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo a dota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro encontra-se vencido e avalia- -se que não há mais recursos eficientes para cobrança. • O Grupo não espera nenhuma recuperação signifi- cativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. (ii) Ativos não-financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferi- dos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recupera- vel, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independen- tes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Considerando que o Grupo não possui ação contabilizada em suas demonstrações contábeis, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. l. Arrendamentos: No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. (j) Como arrendador: Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrenda- mento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. O Grupo reconhece os recebimen- tos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita operacional pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. (ii) Como arrendatário: No início ou na modificação de um con- trato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabiliz- zam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente exercendo essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, exten- são ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. j. Provisões: As provisões são determinadas por meio do des- conto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. 8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: (i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): As alterações limitam o escopo de isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio líquido naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrerem após o início do período mais antigo apresentado. As operações do Grupo são efetuadas pelas controladas, que adotam como regime o lucro presumido, de forma, que a Administração entende que não há expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. (ii) Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstra- ções financeiras individuais e consolidadas: • IFRS 17 Contratos de seguro; • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2); • Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

9 Caixa e equivalentes de caixa: Tabela com 4 colunas (Controladora, Consolidado, 2022, 2021) e 2 linhas de dados.

Bancos conta movimento e Aplicações financeiras de curto prazo (a): Tabela com 4 colunas (Controladora, Consolidado, 2022, 2021) e 2 linhas de dados.

a) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e referem-se a CDBs (certificados de depó- sitos interbancários). São remuneradas a uma taxa média mensal de 75% a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), em 2022 e 2021, sendo normalmente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

10 Aplicação financeira restrita: Tabela com 4 colunas (Controladora, Consolidado, 2022, 2021) e 2 linhas de dados.

a) Referente a "Escrow Account", caixa restrito condicionado ao atendimento de condicantes previstas na escritura de debentures. Os recursos estão aplicados em CDB do banco ITAUN Unibanco S.A com ren- tabilidade média de 100% do CDI. A administração prevê que 100% desses recursos serão liberados para movimentação até o final do exercício de 2023.

11 Contas a receber de clientes e Ativos de Contratos com Clientes: Tabela com 4 colunas (Controladora, Consolidado, 2022, 2021) e 2 linhas de dados.

Contas a receber de clientes (a) e Ativos de contratos com clientes (b): Tabela com 4 colunas (Controladora, Consolidado, 2022, 2021) e 2 linhas de dados.

a) Refere-se a "Escrow Account", caixa restrito condicionado ao atendimento de condicantes previstas na escritura de debentures. Os recursos estão aplicados em CDB do banco ITAUN Unibanco S.A com ren- tabilidade média de 100% do CDI. A administração prevê que 100% desses recursos serão liberados para movimentação até o final do exercício de 2023.

de serviços realizadas, cuja emissão da correspondente nota fiscal ocorreu após a data de encerramento destas demonstrações financeiras. A provisão para perdas esperadas com recebíveis é reconhecida para os valores em aberto por meio da análise individual das probabilidades de recebimento e, clientes em situação de recuperação judicial, quando aplicável. A Companhia e controladas não apresentam contas a receber com títulos vencidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como não apresentam histórico de perdas com recebíveis e dessa forma, nenhuma provisão foi efetuada. 12 Partes relacionadas: As operações de recursos com partes relacionadas não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado. Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

Ativo Saldo de ativos e passivos: Tabela com 4 colunas (Controladora, Consolidado, 2022, 2021) e 1 linha de dados.

Investidas: Tabela com 4 colunas (Controladora, Consolidado, 2022, 2021) e 3 linhas de dados.

Investidas: Tabela com 10 colunas (Aumento de capital, Integralização de ativos, Ajuste de investimento, Baixas, Equivalência Patrimonial, Transferência, Cisão recebi- da, Cisão) e 35 linhas de dados.

a) Transferência recebida com conferência de cotas de SPEs aportadas pela GD Geração Distribuída Participações S.A.; b) Transferência recebida referente aos investimentos verificados do patrimônio da subholding Gdpar Dgstot Participações S.A. extinta em novembro de 2022; c) Extinta em novembro de 2022 (reorganização societária); d) Transferência por cisão no âmbito da reorganização societária prom- ovida pela GDSun; e) Participação societária cindida em 30 de abril de 2022 (data base de 31 de março de 2022) pela empresa GdPAR SR Participações em Projetos Solares S.A. conforme AGE datada de 30 de abril de 2022. f) Ativos transferidos da controladora para suas controladas no montante de R\$ 8.185 para Guaraçá Energia, R\$ 1.641 para GdPar SP11 e R\$ 441 para Solano Energia. g) Ativos transferidos da controladora no montante de R\$ 26.109 nas seguintes empresas: R\$ 2.653 para Góverde Estância, R\$ 2.653 para Apolo Goiás, R\$ 10.848 para UFV SP1 Rio das Pedras, R\$ 5.307 para UFV GD Sun PA 1, R\$ 2.194 para UFV SP VII Macaúbal, R\$ 532 para GdPAR SP12 e R\$ 551 SP Esplendor, R\$ 333 para Kiran Energia, R\$ 109 para GdPAR SPXIII e para não controladas no montante de R\$ 929 para GdPar SN

Investidas: Tabela com 6 colunas (2020, Aumento de capital, Equivalência Baixas, Patrimonial, 2021) e 15 linhas de dados.

(a) Baixa de investimentos-SPE Rio das Flores, transferida para Solarian Participações (newCO) e alienado na sequência para o ex-sócio Solarian Locações de Equipamentos Ltda., efetuada por meio de redução de capital da Companhia vide nota explicativa 14 (a), d. Dados sobre controladas: Para as Empresas que pas- saram a ser controladas em 2022, demonstraremos o resultado do período de participação da Companhia.

UFV GdPAR-SN SP 6 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 7 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 9 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 9 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 5 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício) e 35 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 10 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 35 linhas de dados.

UFV SP III Equipamentos Fotovoltaicos LTDA.: Tabela com 4 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total) e 2 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 11 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 12 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 13 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 14 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 15 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 16 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 17 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 18 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 19 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 20 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 21 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 22 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 23 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 24 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

UFV GdPAR-SN SP 25 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.: Tabela com 10 colunas (2022, 2021, Ativo total, Passivo total, Resultado do exercício, Patrimônio líquido) e 15 linhas de dados.

... continuação

Custo	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições (b)	GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.			
				Outras transferências (intercompanias)	Integralização em controladas	Baixa de adiantamentos(d)	Saldo Final
Adiantamento inversões fixas (a)	-	-	-	29.115	(28.187)	(928)	-
Imobilizado em andamento (c)	-	-	19.096	(8.829)	(10.267)	-	-
Total de outros ativos	-	-	19.096	20.286	(38.454)	(928)	-

(a) Ativos integralizados pela controladora GD Geração Distribuída, no montante de R\$ 29.115, conforme nota explicativa 13, (b) Aquisição de Módulos Fotovoltaico; (c) Foram transferidos ativos no montante de R\$ 8.829 para controladora GD Geração Distribuída, conforme nota explicativa 18. Adicionalmente foram transferidos ativos para suas controladas no montante de R\$ 8.185 para Guaraci Energia, R\$ 1.641 para GDPar SP111 e R\$ 441 para a Solano Energia; (d) liquidação de saldo do fornecedor Canadian com créditos de adiantamentos para inversões fixas, aportados pela GD Geração Distribuída, vide nota explicativa 18.

Custo	Taxa média de depreciação % a.a.	Vida útil em anos	Consolidado			
			Custos	Depreciação Acumulada	Líquido	
Adiantamento inversões fixas (a)	-	-	38.499	-	38.499	-
Imobilizado em andamento (b)	-	-	85.080	-	85.080	-
Outros custos de implantação (b)	-	-	3.757	-	3.757	-
Equipamentos de informática	-	10	15	(2)	13	
Móveis e utensílios	-	5	20	(1)	4	
Total do imobilizado em andamento	-	-	127.356	-	(3)	127.353

Ativos objetos de arrendamentos:	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Transferências (intercompanias)	Transferências	Baixa	Cisão(a)	Saldo Final
Usina Fotovoltaica Salto de Pirapora	4	25	17.489	-	-	(1.306)	16.183	
U Usina Fotovoltaica Niquelândia	4	25	13.634	-	-	(703)	12.931	
USINA FOTOVOLTAICA-SOLARIAN-SPE-7-ANDRADINA	4	25	9.845	-	-	(349)	9.496	
USINA FOTOVOLTAICA-UFV GDPAR SN SP 10-PIRANGI	4	25	10.403	-	-	(208)	10.195	
USINA FOTOVOLTAICA-UFV GDPAR SN SP 9-GUARANTA	4	25	21.798	-	-	(506)	21.292	
USINA FOTOVOLTAICA-UFV PB I-RIIO DO PEIXE	4	25	4.067	-	-	(102)	3.965	
USINA FOTOVOLTAICA-UFV SP VI-TAUBATE	4	25	4.653	-	-	(146)	4.507	
UFV FOTOVOLTAICA-UFV SP VII-MACAUBAL-I	4	25	4.276	-	-	(14)	4.262	
UFV FOTOVOLTAICA-UFV RN I APODI	4	25	3.892	-	-	(26)	3.866	
USINA FOTOVOLTAICA-UFV RS I LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	4	25	6.114	-	-	(20)	6.094	
UFV FOTOVOLTAICA-UFV SP VII-MACAUBAL-II	4	25	1.350	-	-	(5)	1.345	
USINA FOTOVOLTAICA-UFV SP III-PIRANJII	4	25	5.841	-	-	-	5.841	
USINA FOTOVOLTAICA-UFV SP III-PIRANJII	4	25	1.947	-	-	(26)	1.921	
USINA FOTOVOLTAICA-DGS1-IBOTIRAMA	4	25	5.685	-	-	-	5.685	
USINA FOTOVOLTAICA-DGS1-SITIO DO MATO	4	25	5.244	-	-	-	5.244	
USINA FOTOVOLTAICA-DGS3-SÃO MATEUS I	4	25	5.456	-	-	-	5.456	
USINA FOTOVOLTAICA-DGS3-SÃO MATEUS II	4	25	3.940	-	-	-	3.940	
USINA FOTOVOLTAICA-DGS-2-SPE LTDA-SP-Cachoeira Paulista	4	25	4.896	-	-	-	4.896	
USINA FOTOVOLTAICA-DGS2-SP-PINDAMONHANGABA	4	25	5.170	-	-	(34)	5.136	
USINA FOTOVOLTAICA-AUTOGERACAO-URUGUAIANA LTDA-0001-05	4	25	23.298	-	-	(155)	23.143	
USINA FOTOVOLTAICA-AUTOGERACAO-QUARAI 0001-86	4	25	10.727	-	-	(178)	10.549	
USINA FOTOVOLTAICA-AUTOGERACAO-QUARAI-0001-56	4	25	11.672	-	-	(78)	11.594	
USINA FOTOVOLTAICA-AUTOGERACAO-URUGUAIANA IV 0001-78	4	25	11.190	-	-	(75)	11.115	
USINA FOTOVOLTAICA-O BORJA LTDA -SÃO BORJA I 0001-93	4	25	12.013	-	-	-	12.013	
USINA FOTOVOLTAICA-AUTOGERACAO SOLAR SB GRANJA SÃO VICENTE LTDA -SÃO BORJA II 0001-52	4	25	11.785	-	-	-	11.785	
USINA-FOTOVOLTAICA-AUTOGERACAO SOLAR CAURUMBE CAPIVARI LTDA	4	25	10.250	-	-	-	10.250	
Total de ativos para arrendamento operacional (c)	-	-	226.635	-	-	(3.931)	222.704	

Provisão para desmantelamento

Transferido para desmantelamento (d)

Total

(a) São adiantamentos a fornecedores (Epistas) responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaicas. (b) Ativos de Usinas Fotovoltaicas em construção com cronogramas de implantação em diferentes estágios. A conclusão e entrada em operação ocorrerá ao longo de 2023. (c) Ativos subjacentes objetos de arrendamentos operacionais conforme detalhado em nota explicativa nº 13 de arrendamentos. (d) Em 2022 a Companhia registrou custo estimado de desmantelamento no montante de R\$ 13.260 e será depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.

b. Movimentação 2022:

Custo	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Transferências (intercompanias)	Transferências	Baixa	Cisão(a)	Saldo Final
Adiantamento inversões fixas	-	8.670	-	-	11.907	(78.378)	-	38.499
Imobilizado em andamento	-	29.547	116.307	(6.635)	(99.027)	(2.265)	47.153	85.080
Equipamentos de informática	20	3.206	8.679	-	(15.511)	428	6.955	3.757
Móveis e utensílios	-	10	5	-	-	-	-	15
Total de outros ativos	-	41.428	125.001	-	5.272	(192.916)	(1.837)	150.408
Usina Fotovoltaica Salto de Pirapora	4	17.876	-	-	-	391	(778)	17.489
Usina Fotovoltaica Niquelândia	4	12.881	-	-	-	753	-	13.634
USINA FOTOVOLTAICA-SOLARIAN-SPE-7-ANDRADINA	4	-	-	-	-	9.880	(35)	9.845
USINA FOTOVOLTAICA-UFV GDPAR SN SP 10-PIRANGI	4	-	-	-	-	10.403	-	10.403
USINA FOTOVOLTAICA-UFV GDPAR SN SP 9-GUARANTA	4	-	-	-	-	21.798	-	21.798
USINA FOTOVOLTAICA-UFV PB I-RIIO DO PEIXE	4	-	-	-	-	4.067	-	4.067
USINA FOTOVOLTAICA-UFV SP VI-TAUBATE	4	-	-	-	-	258	(24)	4.419
UFV FOTOVOLTAICA-UFV SP VII-MACAUBAL-I	4	-	-	-	-	4.276	-	4.276
USINA FOTOVOLTAICA-UFV RS I LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA	4	-	-	-	-	6.114	-	6.114
UFV FOTOVOLTAICA-UFV SP VII-MACAUBAL-II	4	-	-	-	-	1.350	-	1.350
UFV FOTOVOLTAICA-UFV RN I APODI	4	-	-	-	-	3.892	-	3.892
USINA FOTOVOLTAICA-UFV SP III-PIRANJII	4	-	-	-	-	5.841	-	5.841
USINA FOTOVOLTAICA-DGS1-IBOTIRAMA	4	-	-	-	-	1.947	-	1.947
USINA FOTOVOLTAICA-DGS1-SITIO DO MATO	4	-	-	-	-	11.604	(118)	5.685
USINA FOTOVOLTAICA-DGS3-SÃO MATEUS I	4	-	-	-	-	5.803	(118)	5.244
USINA FOTOVOLTAICA-DGS3-SÃO MATEUS II	4	-	-	-	-	5.357	(113)	4.546
USINA FOTOVOLTAICA-DGS-2-SPE LTDA-SP-Cachoeira Paulista	4	-	28	-	-	4.026	(86)	3.940
USINA FOTOVOLTAICA-DGS2-SP-PINDAMONHANGABA	4	-	27	-	-	4.998	(130)	4.896
USINA FOTOVOLTAICA-AUTOGERACAO-URUGUAIANA LTDA-0001-05	4	-	-	-	-	5.266	(123)	5.170
USINA FOTOVOLTAICA-AUTOGERACAO-QUARAI 0001-86	4	-	-	-	-	23.298	-	23.298
USINA FOTOVOLTAICA-AUTOGERACAO-QUARAI-0001-56	4	-	-	-	-	10.727	-	10.727
USINA FOTOVOLTAICA-AUTOGERACAO-URUGUAIANA IV 0001-78	4	-	-	-	-	11.673	(1)	11.672
USINA FOTOVOLTAICA-O BORJA LTDA -SÃO BORJA I 0001-93	4	-	-	-	-	11.190	-	11.190
USINA FOTOVOLTAICA-AUTOGERACAO SOLAR SB GRANJA SÃO VICENTE LTDA -SÃO BORJA II 0001-52	4	-	-	-	-	12.013	-	12.013
USINA-FOTOVOLTAICA-AUTOGERACAO SOLAR CAURUMBE CAPIVARI LTDA	4	-	-	-	-	11.785	-	11.785
Total de ativos para arrendamento operacional	-	30.757	55	-	192.916	(1.512)	4.419	226.635
Provisão para desmantelamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desmantelamento	3,5	-	13.260	-	-	-	-	13.260
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Usinas Fotovoltaicas	4	(752)	(3.166)	-	-	-	(13)	(3.931)
Equipamentos de informática	20	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Móveis e utensílios	10	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Total da Depreciação	-	(752)	(3.169)	-	-	-	(13)	(3.934)
Total do ativo imobilizado	-	71.433	135.147	-	5.272	(3.349)	154.814	363.317

(a) Distribuído da seguinte forma: (i) R\$ 226.996 de ativos incorporados que foram transferidos por Cisão da Gdpar Goverde Participações em Projetos Solares S.A. e Gdpar SR Participações em Projetos Solares S.A., e aportes de capital com conferência de cotas de GPERs, todos aportados pela GD Geração Distribuída Participações S.A., vide NE 1.1; (ii) R\$ 72.182 cindidos para GD Geração Distribuída Participações S.A., sendo parte aportada na GDPar SQ Participações em Projetos Solares S.A.; (b) (i) Imobilizado em andamento: R\$ 8.829 de redução de capital com ativos, conforme nota explicativa 18, e adição de R\$ 2.194, decorrente de aporte de capital com integralização de ativos da controladora, conforme AGE de 31 de agosto de 2022, vide nota explicativa 18. (ii) adiantamento inversões fixas: adição de R\$ 29.115 decorrente de aporte de capital com integralização de ativos da controladora Gd Geração Distribuída, conforme AGE de 31 de agosto e 31 de dezembro de 2022, vide nota explicativa 18; e R\$ 17.208 de baixa de adiantamentos contra passivo de fornecedores de equipamentos e reclassificações; c. Movimentação 2022:

Custo	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Baixa(a)	Saldo Final
Adiantamento inversões fixas	-	27.540	-	(18.381)	-	8.670
Imobilizado em andamento	-	30.751	21.016	(14.693)	(7.527)	29.547
Outros custos de implantação	-	1.634	3.856	(1.719)	(565)	3.206
Móveis e utensílios	-	-	5	-	-	5
Total de outros ativos	-	59.925	24.877	(34.793)	(6.581)	41.428
Usina Fotovoltaica Salto de Pirapora	4	-	368	17.508	-	17.876
Usina Fotovoltaica Niquelândia	4	-	-	12.881	-	12.881
Usina Fotovoltaica R. Flores Expansão (a)	4	-	-	4.404	-	4.404
Total de ativos para arrendamento operacional	-	-	368	34.793	(4.404)	30.757
Depreciação	-	-	-	-	-	-
Usinas Fotovoltaicas	4	-	(852)	-	100	(752)
Total do ativo imobilizado	-	59.925	24.393	-	(12.885)	71.433

(a) Ativo transferido para Solarian Participações Ltda (newco) através de cisão e redução de capital da companhia e alienado na explicativa para o desenvolvedor Solarian Locações de Máquinas e Equipamentos Ltda. (ex sócio - nota explicativa 1 e nota explicativa 10, letra "a"); 15 Arrendamentos: a. Arrendamentos como arrendatário: O Grupo arrenda terras para instalação de Usinas Fotovoltaicas. Esses arrendamentos referem-se a escrituras de direito real de superfície com prazo médio de duração de 30 anos, ajustado a valor presente pela taxa de CDI + spread de 3,1% a.a. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pela inflação do período. O grupo faz a sublocação desses arrendamentos para os clientes arrendatários das Usinas Fotovoltaicas.

(i) Ativos de Direito de Uso:

Direito de Uso de Superfície	Consolidado	
	2022	2021
(-) Depreciação Acumulada	13.373 (715)	3.347 (116)
Total Direito de Uso	12.658	3.231

a. Movimentação 2022:

Direito de Uso de Superfície	2021		2022	
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
(-) Depreciação Acumulada (a)	3,33	3.347 (116)	3.834 (369)	6.192 (230)
Total	-	3.231	3.465	5.962

(a) Parte das depreciações das usinas pré-operacionais foram capitalizadas no ativo imobilizado, no montante de R\$477

b. Movimentação 2021:

Direito de Uso de Superfície	2020		2021	
	Taxa de depreciação % aa	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
(-) Depreciação Acumulada (b)	3,33	5.805 (116)	3.347 (369)	6.192 (230)
Total	-	5.785	(116)	(309)

(a) Remensuração decorrente de ajuste na taxa de desconto. (b) Parte da depreciação foram capitalizadas no ativo imobilizado das usinas pré-operacionais, no montante de R\$70

(ii) Passivos de Arrendamento: a) Movimentação de 2022:

Descrição	Consolidado				
	2022	2021	2020	2019	2018
Direito de Uso de Superfície	3.370	3.835	6.439	8	1.380
Total de Arrendamentos	3.370	3.835	6.439	8	1.380
Circulante	207	-	-	-	763
Não Circulante	3.163	-	-	-	12.732

(i) Parte dos juros foram capitalizados no ativo imobilizado das usinas pré-operacionais, no montante de R\$ 980.

b) Movimentação de 2021:

Direito de Uso de Superfície	Consolidado				
	2021	2020	2019	2018	2017
Direito de Uso de Superfície	5.832	-	(2.129)	(309)	397
Total de Arrendamentos	5.832	(2.129)	(309)	397	307
Circulante	207	-	-	-	763
Não Circulante	3.163	-	-	-	12.732

(i) Parte dos juros foram capitalizados no ativo imobilizado das usinas pré-operacionais, no montante de R\$242. a. Arrendamentos como arrendador: (i) Arrendamento Operacional: O Grupo arrenda suas Usinas fotovoltaicas para os clientes alinhados com a Resolução nº 482/2012 da ANEEL. O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os

participação societária da Empresa UFV Apollo Goiás Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda, sem a emissão de novas ações e sem o ingresso de qualquer novo acionista na Companhia, segundo, então, o capital social da Companhia dividido nas mesmas 204.563.669 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital para R\$ 241.174. Em 31 de agosto de 2022, a Companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 97.265, mediante a capitalização de créditos detidos pela acionista em face da Companhia relacionados a adiant

... continuação em 25%. As seguintes taxas de juros aplicadas durante o ano:

Taxa de fechamento na data	2022	2021
	5,79%	10,06%

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.
25 Contingências: Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As Ações e Diretores da **GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.** São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas	Como auditoria endereçou esse assunto
Veja as notas explicativas nºs 7.b. e 19 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	
A Companhia e suas controladas atuam no segmento de geração distribuída de energia solar e suas receitas são originadas de contratos de locação das usinas fotovoltaicas e serviços de operação e manutenção dessas usinas. As respectivas receitas são calculadas mensalmente com base em fórmulas definidas em contratos apresentando a geração de energia do período como principal variável nessa apuração. As variações da geração de energia e consequentemente no reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - Avaliação do desenho dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; - Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia, e verificação dos comprovantes de locação financeira; - Recálculo do contrato de locação com base nas cláusulas contratuais e controles de geração de energia injetada reconhecida pela concessionária, análise dos comprovantes de aceitação do cliente. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes em relação ao reconhecimento de receita. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar duma significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos dar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de março de 2023
KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 S-C/E
Diego Feliciano Irineu - CRC ISP22321/O-2

Sucessair Gestão de Bens S.A.

Balanco Patrimonial		Demonstrações das Mutações do Patrimonio Líquido	
	31.12.2022	31.12.2021	
Ativo			
Circulante	10.880.019	7.604.442	
Caixas e Equivalentes de Caixa	10.572.830	7.320.517	
Contas a receber	262.967	239.703	
Impostos a recuperar	28.813	28.813	
Outros Créditos - AC	15.409	15.409	
Não Circulante	19.706.122	19.706.122	
Investimentos	17.406.418	17.653.392	
Imobilizado	2.299.704	2.052.730	
Total do ativo	30.586.141	27.310.564	
Passivo			
Circulante	202.004	126.828	
Obrigações Tributárias - PC	198.776	119.398	
Outros Contas a Pagar - PC	3.284	7.444	
Não Circulante			
Patrimônio Líquido	30.384.137	27.183.736	
Capital Social	5.600.000	5.600.000	
AFAC	23.224.000	23.224.000	
Reserva de lucros	1.460.137	-	
Prejuízos Acumulados	-	(1.740.264)	
Total Passivo	30.586.141	27.310.564	
Demonstrações de Resultado			
Receita líquida	2.841.620	2.694.533	
Lucro Bruto	2.841.620	2.694.533	
Despesas gerais e administrativas	(4.902)	(4.298)	
Outras receitas e despesas	(685)	(1.255)	
Receitas e Despesas Operacionais	(5.587)	(5.555)	
Lucro antes do resultado Financeiro	2.836.033	2.688.988	
Resultado Financeiro Líquido	1.001.294	252.896	
Lucro antes de IRPJ e CSLL	3.837.327	2.941.876	
Tributos e contribuições sobre lucro líquido	(636.926)	(366.198)	
Lucro líquido do exercício	3.200.401	2.575.678	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: A companhia foi constituída em 15 de outubro de 2012, sob a razão social de: Sucessair Gestão de Bens e Móveis Ltda, tendo sua transformação para sociedade por ações em 09 de março de 2018, cuja atividade preponderante é a compra, venda e locação de imóveis e sublocações e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, nº 2332, conjunto 11, Torre II, Sala 06 - Indaiápolis - SP. Em 06 de abril de 2018,

Diretoria
Wanclei Benedito Saud - Diretor Geral | CPF 088.509.179-53
Adailton de Souza Santos - Contador CPF 562.786.679-91

Publicidade legal em jornal é obrigação. Tá legal?



BBKO CONSULTING S.A.

Balanco Patrimonial		Demonstração do Resultado do Exercício	
	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	821.978	927.800	
Clientes	29.675	403.816	
Impostos a Recuperar	1.803.402	1.796.984	
Outros Adiantamentos	217.942	212.942	
Despesas do Exercício Seguinte	902.473	902.473	
Total do Circulante	3.775.470	4.249.016	
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Outros créditos	3.481.894	3.530.144	
Imobilizado			
Móveis e Utensílios	-	7.986	
Computadores e Periféricos	-	50.529	
(-) Depreciação Acumulada	-	(56.526)	
Total do Imobilizado	-	1.989	
Total do Não Circulante	3.481.894	3.532.133	
Total do Ativo	7.257.365	7.781.148	

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 - (Em Reais)
1 - Contexto Operacional: BBKO Consulting S.A. é uma pessoa jurídica de direito privado brasileiro, tem sede e foro na Calçada dos Cravos, 98, 1º andar, no Centro Comercial de Alphaville, no Município de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06453-053. Tem por objeto a consultoria em tecnologia da informação; o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; o desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; suporte técnico; manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis; e licenciamento de programas de computador não customizáveis. **2 - Sumário das Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **a) Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras estão apresentadas com valores expressos em reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) nº10 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As seguintes seções do CPC PME foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis: Seções 3 a 8 - Demonstrações contábeis; Seção 10 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros; Seção 11 - Instrumentos financeiros básicos; Seção 17 - Ativo imobilizado; Seção 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; Seção 23 - Receitas. **b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** A empresa utiliza como moeda funcional o Real e as demonstrações estão apresentadas em Reais. **c) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **d) Instrumentos Financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, qualquer custo do tratamento diretamente atribuíveis. A Empresa não realizou operações com derivativos financeiros durante os exercícios apresentados. **e) Ativo Circulante e Não Circulante:** O ativo circulante e não circulante, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **f) Passivo Circulante e Não Circulante:** O passivo circulante e não circulante, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **g) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3 - Informações complementares:** **a) Caixas e Bancos:** Compreende o saldo em caixa depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. **b) Aplicações Financeiras:** As aplicações financeiras foram mensuradas pelo custo de aquisição, acrescidos por juros e atualização monetária que são registrados no resultado quando ocorrido.

Antonio Paschoal de Caroli - Presidente - CPF: 029.355.628-87 **Juvêncio Ribeiro Neto** - Técnico em Contabilidade-CRC-SP ISP143812/O-0

BCV - BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S.A.
 CNPJ/ME nº 50.585.090/0001-06 - NIRE nº 3530009720
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2023
1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: Aos três dias do mês de março de 2023, às 8 horas e 30 minutos, na sede social do **BCV - BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S.A.**, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Sala 101, Parte, Bloco 01, 10º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). **2. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), por estar presente o único acionista da Companhia, Banco BMG S.A. **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos por Flávio Pentagna Guimarães Neto e secretariados por Eduardo Mazon. **4. ORDÉM DO DIA:** (i) conhecimento do pedido de renúncia apresentado pela Sra. **ANA KARINA BORTONI DIAS**, brasileira, casada, bacharel em química, portadora da cédula de identidade RG nº 58.410.293-8 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 605.649.701-15, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 14º andar, ao cargo de Diretora Sem Designação Específica da Companhia; e (ii) ratificação da composição da Diretoria da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** O único acionista da Companhia apreciou a matéria constante da ordem do dia e deliberou, sem quaisquer restrições ou reservas, o que segue: **5.1.** Conhecer o pedido de renúncia apresentado pela Sra. **ANA KARINA BORTONI DIAS**, acima qualificada, ao cargo de Diretora Sem Designação Específica da Companhia, nos termos da carta de renúncia entregue à Companhia em 02 de março de 2023 e arquivada na sede social da Companhia. **5.2.** Ratificar a composição da Diretoria da Companhia, nos seguintes termos: (i) **EDUARDO MAZON**, brasileiro, casado, bacharel em ciência da computação, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da carteira de identidade RG nº 2075312 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 275.484.158-00, na qualidade de Diretor Sem Designação Específica; (ii) **FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES NETO**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da carteira de identidade RG nº MG-117.32642 SSP/PMG, inscrito no CPF/ME sob o nº 076.934.666-90, na qualidade de Diretor Sem Designação Específica; e (iii) **CARLOS ANDRÉ HERMESINDO DA SILVA**, brasileiro, casado, graduado em ciências contábeis, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da cédula de identidade RG nº 007.264.978-20 SSP/SP, após homologação do Banco Central do Brasil, na qualidade de Diretor Sem Designação Específica, todos com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 14º andar, Bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, Bairro Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com prazo de mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025. **6. ENCERRAMENTO:** Não mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes: **Mesa:** Flávio Pentagna Guimarães Neto e Eduardo Mazon. **Secretário:** Eduardo Mazon. **Acionista Presente:** Banco BMG S.A. (por Flávio Pentagna Guimarães Neto e Eduardo Mazon). Confere com a original lavrada em livro próprio. **FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES NETO** - Presidente e **EDUARDO MAZON** - Secretário. JUCESP nº 113.393723-4 em 22.03.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BMG Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil
 CNPJ/ME nº 34.265.561/0001-34 - NIRE nº 3530046180-1
ATA DE REUNIÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
São Paulo, 02 de março de 2023. A BMG LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL - Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Sala 101, Parte, Bl 01 - Condomínio Edifício São Luiz, Vila Nova Conceição - CEP 04543-900, São Paulo - SP, Brasil - Ref: Renúncia ao Cargo de Diretora da Companhia. Prezados Senhores, Pela presente, para todos os fins e efeitos legais do artigo 151 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, eu, **ANA KARINA BORTONI DIAS**, brasileira, casada, bacharel em química, residente e domiciliada em São Paulo/SP, portadora da cédula de identidade RG nº 58.410.293-8 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 605.649.701-15, venho apresentar minha renúncia, em caráter irrevogável e irretirável, ao cargo de **Diretora Sem Designação Especial da BMG LEASING S.A. – ARRENDAMENTO MERCANTIL**, inscrito no CNPJ sob o nº 34.265.561/0001-34, NIRE nº 35300461801, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Sala 101, Parte, Bl 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Vila Nova Conceição ("Companhia"), cargo para o qual fui eleita na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022, homologada pelo Banco Central do Brasil nos termos do Ofício 11.018/2012-BCB/Deorf/GTSP/3, de 30 de maio de 2022, PE 209346. Adicionalmente, declaro que não tenho nada a reclamar e/ou receber da Companhia a qualquer momento, por qualquer razão ou sob qualquer pretexto, com relação a quaisquer obrigações potenciais, penhoras, dívidas ou encargos de qualquer natureza (incluindo, entre outros, direitos trabalhistas, previdenciários e civis) relativas ao cargo de Diretora sem designação especial, concedendo à Companhia a mais ampla, plena, irrevogável e irretirável autorização. Por fim, peço que tomem as providências necessárias junto aos órgãos públicos e reguladores para efetivação da renúncia, colocando-me à disposição para o que for necessário. Sem mais para o momento, subscrevo-me. Atenciosamente, **ANA KARINA BORTONI DIAS** - CPF/ME nº 605.649.701-15. JUCESP nº 121.82723-9 em 24.03.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Ágil Promotora de Vendas S.A.
 CNPJ/ME nº 09.857.013/0001-02 - NIRE: 35.300.565.843
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
 Convidamos os senhores acionistas para a reunião de assembleia geral ordinária, que se realizará no dia 28 de abril de 2023 às 09h00min na sede social, na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2.044, salas 1406/1407/1408, Torre I, Alphaville, CEP 06455-000, com as seguintes Ordens do Dia: a) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício de 2022; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Barueri, 29 de março de 2023. Diretor Superintendente.

Diretoria
Gustavo Bacellar de Faria
 Diretor Administrativo e Financeiro
Contador
Jose Tadeu Matias - CPF 048.198.578-60 - CRC-SP 215874/O-3

BANCO BMG S.A.
 Companhia Aberta - CNPJ/ME 61.186.680/0001-74 - NIRE 3530046248-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 Ficam convocados os senhores Acionistas do Banco Bmg S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 10 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido apurado com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e ratificar a declaração de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia; (iii) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia para um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2024; e (iv) fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações Gerais:** 1. O Manual para Participação na Assembleia ("Manual"), contendo a proposta da Administração e orientações detalhadas para participação na Assembleia, bem como todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia, encontram-se à disposição dos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.bancobmg.com.br/ri), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). 2. A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual. Sem prejuízo das informações detalhadas no Manual, a Companhia destaca as seguintes informações acerca das formas de participação na Assembleia: **Participação Pessoal:** o Acionista deverá comparecer à Assembleia munido de documentos que comprovem (i) a titularidade das ações pelo Acionista, e (ii) no caso de (a) pessoa física, a sua identidade e (b) no caso de pessoa jurídica e/ou fundos, a sua devida representação, apresentando os documentos societários que investem o seu representante de poderes bastantes, bem como o documento de identidade do representante, sendo certo que, para fins de apresentação dos documentos neste item, deverão ser observadas pelo Acionista todas as formalidades indicadas no Manual. **Participação por Procurador:** as procurações devem conter firma reconhecida ou serem assinadas digitalmente com certificação nos padrões disponibilizados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e no Manual. O representante legal do Acionista deverá comparecer à Assembleia munido da procuração e demais documentos indicados no Manual, além de documento que comprove a sua identidade. 3. Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que, se possível, os documentos indicados no item 2 acima sejam entregues à Companhia até 21 de abril de 2023 (inclusive), nos termos descritos no Manual. 4. Alternativamente, os Acionistas poderão votar na Assembleia mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto a distância, conforme disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.bancobmg.com.br/ri); (i) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depósito central; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depósito central; ou (iii) diretamente para a Companhia, por correio postal ou eletrônico. As instruções de voto deverão ser recebidas pelo custodiante pelo escriturador ou pela Companhia em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 21 de abril de 2023 (inclusive).
 São Paulo, 29 de março de 2023.
RICARDO ANNES GUIMARÃES
 Presidente do Conselho de Administração da Companhia

BANCO BMG S.A.
 Companhia Aberta - CNPJ/ME 61.186.680/0001-74 - NIRE 3530046248-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 Ficam convocados os senhores Acionistas do Banco Bmg S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 11 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre: (i) exclusão do artigo 28, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, a fim retirar a limitação de 62 (sessenta e dois) anos de idade para ocupar o cargo de membro da Diretoria da Companhia; e (ii) consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovada a reforma mencionada acima. **Informações Gerais:** 1. O Manual para Participação na Assembleia ("Manual"), contendo a proposta da Administração e orientações detalhadas para participação na Assembleia, bem como todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia, encontram-se à disposição dos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.bancobmg.com.br/ri), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). 2. A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual. Sem prejuízo das informações detalhadas no Manual, a Companhia destaca as seguintes informações acerca das formas de participação na Assembleia: **Participação Pessoal:** o Acionista deverá comparecer à Assembleia munido de documentos que comprovem (i) a titularidade das ações pelo acionista, e (ii) no caso de (a) pessoa física, a sua identidade e (b) no caso de pessoa jurídica e/ou fundos, a sua devida representação, apresentando os documentos societários que investem o seu representante de poderes bastantes, bem como o documento de identidade do representante, sendo certo que, para fins de apresentação dos documentos neste item, deverão ser observadas pelo Acionista todas as formalidades indicadas no Manual. **Participação por Procurador:** as procurações devem conter firma reconhecida ou serem assinadas digitalmente com certificação nos padrões disponibilizados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e no Manual. O representante legal do Acionista deverá comparecer à Assembleia munido da procuração e demais documentos indicados no Manual, além de documento que comprove a sua identidade. 3. Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que, se possível, os documentos indicados no item 2 acima sejam entregues à Companhia até o dia 21 de abril de 2023 (inclusive), nos termos descritos no Manual. 4. Alternativamente, os Acionistas poderão votar na Assembleia mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto a distância, conforme disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.bancobmg.com.br/ri); (i) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depósito central; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depósito central; ou (iii) diretamente para a Companhia, por correio postal ou eletrônico. As instruções de voto deverão ser recebidas pelo custodiante, pelo escriturador ou pela Companhia em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 21 de abril de 2023 (inclusive).
 São Paulo, 29 de março de 2023.
RICARDO ANNES GUIMARÃES
 Presidente do Conselho de Administração da Companhia

Cellera Farmacêutica S.A.
 CNPJ/ME nº 33.173.097/0002-74 - NIRE 35.300.503.520
RETIFICAÇÃO
 No Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração publicado no jornal Empresas & Negócios em 30 de março de 2023, nas páginas 4 e 13, **onde se lê:** Ata da Reunião do



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9399-EE87-86F6-0806> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9399-EE87-86F6-0806



Hash do Documento

11CDA8144A97560F39ABACD77B3B851A68090AD1791A1AC16ADE87B8FDE5DBB2

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2023 é(são) :

- Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em
30/03/2023 21:18 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS
LTDA - 05.687.343/0001-90



LEIA O QR CODE ABAIXO E ACESSE A PUBLICAÇÃO EM NOSSO PORTAL



https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/gdpar-sn-participacoes-em-projetos-solares-s-a/

The logo for 'Empresas & Negócios' features the word 'Empresas' in a dark red serif font. Below it, the word '&' is in a smaller, grey sans-serif font. To the right of '&', the word 'Negócios' is written in a blue sans-serif font. A blue arrow points from the '&' towards 'Negócios', and another blue arrow points downwards from the 'E' in 'Empresas' towards the '&'.

Empresas
& Negócios